

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Pousada do Marão está situada na freguesia Ansiães, no concelho de Amarante, foi inaugurada no dia 29 de agosto de 1949, integrada no primeiro programa nacional de redes de pousadas, construídas como pontos de apoio aos motoristas, viajantes e turistas, associada à rede rodoviária nacional, com particular atenção nas ligações com estado espanhol.

No passado dia 1 de dezembro, a administração decidiu encerrar a Pousada, que segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte, despediu 8 trabalhadores de forma ilegal, não cumprindo os formalismos e procedimentos legais. O Sindicato adianta que a administração interditou o acesso ao local de trabalho, recusou o fornecimento, condições e instrumentos de trabalho e assim determinou a paralisação da unidade hoteleira. Acusa também que administração não procedeu ao despedimento coletivo, nem ao despedimento por extinção de posto de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho em situação de crise empresarial, ou seja, os trabalhadores foram despedidos sem qualquer caução para a garantia das retribuições em mora, sem salários e sem nenhuma proteção social.

A situação deixou os trabalhadores surpreendidos já que em agosto, do corrente ano, no decorrer dos 80 anos da Pousada do Marão, o proprietário em declarações à comunicação social - <https://www.universidade.fm/a-pousada-do-marao-comemorou-80-anos-e-esta-a-preparar-novas-apostas-na-regiao-sobretudo-a-nivel-gastronomico/> - destacava as oito décadas do estabelecimento e que a principal ambição era atingir uma estrela Michelin, e assim reconhecer a qualidade da cozinha da Pousada do Marão.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera essencial garantir que os direitos dos trabalhadores são assegurados, nomeadamente no que toca ao pagamento de todos os créditos laborais.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Está a tutela disponível para analisar com a empresa uma solução que permita a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho?
3. Foram realizadas ações inspetivas por parte da ACT? Quais foram os resultados das ações inspetivas?
4. Que medidas pretende o Governo adotar com caráter de urgência para que rapidamente estes trabalhadores tenham acesso a medidas de proteção social consentâneas com a situação descrita?
5. A Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) interveio nesta situação, no sentido de garantir uma solução?
6. Tem conhecimento da transferência de apoios públicos para esta empresa?

Palácio de São Bento, 14 de dezembro de 2022

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)